



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0014703-33.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Reinaldo Moreira**
 Requerido: **Quirineu Ribeiro da Silva**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

O réu é revel.

Citado regularmente ele deixou de comparecer à audiência designada, de modo que se aplicam as consequências previstas no art. 20 da Lei nº 9.099/95.

Por outro lado, os documentos de fls. 4/5 e 15/18 conferem verossimilhança à reclamação do autor.

Assiste-lhe, pois, razão quanto ao fato de não ter sido providenciada a devida transferência do veículo quando da sua venda.

Já em relação ao valor reclamado a título de ressarcimento, a sua pretensão não vinga por falta de comprovação do efetivo prejuízo suportado.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar o réu a providenciar a transferência da documentação do veículo GM/Kadett GL, placa BVA2560, para o seu nome ou para quem de direito se



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

fizer, arcando inclusive com os pagamentos dos encargos e dívidas existentes sobre o mesmo, posteriores à sua alienação ao réu.

Fixo para o cumprimento da obrigação o prazo máximo de 15 dias, contados após o trânsito em julgado desta, sob pena de não o fazendo vir a incidir em multa diária a ser definida em âmbito de execução.

Transitada em julgado, intime-se o réu pessoalmente para cumprimento da obrigação (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 07 de novembro de 2013.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**